

Domingo, 11 de Janeiro de 2026

## **Vereadora Michelly Alencar propõe CPI para investigar fraudes fiscais na gestão de Emanuel Pinheiro**

**É CPI que não acaba mais...**

Márcio Eça da redação do rufandobombnews

A vereadora Michelly Alencar (União) anunciou, nesta quinta-feira (6), durante sessão ordinária na Câmara Municipal de Cuiabá, a proposta de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar possíveis fraudes fiscais ocorridas na gestão do ex-prefeito Emanuel Pinheiro (MDB). Segundo a parlamentar, o objetivo é esclarecer os números apresentados pela equipe de transição e revelar a real situação financeira deixada pela administração anterior.

“Nós tivemos fraudes fiscais absurdas, fraudes que já vínhamos denunciando nas próprias prestações de contas. Desde 2021, a prestação de contas da prefeitura vinha com algumas ressalvas que nunca foram sanadas, e essa ‘moda’ foi aumentando, até chegarmos a supostas fraudes que impactaram diretamente os serviços essenciais da cidade”, declarou Michelly.

A vereadora ressaltou que a CPI das Fraudes Fiscais investigará contratos suspeitos que comprometeram a continuidade de serviços públicos fundamentais. “Esse ano, por exemplo, vários serviços essenciais que a população precisava não puderam acontecer porque tivemos fraudes nesses contratos. Tudo aquilo que diz respeito ao dinheiro público será analisado nesta CPI”, reforçou.

Michelly também criticou a postura dos secretários da gestão de Emanuel Pinheiro durante o processo de transição. Segundo ela, houve resistência na entrega de documentos e informações. “Pedimos relatórios sobre a situação das secretarias ao final da gestão, mas teve secretaria que entregou apenas uma folha sulfite incompleta. Outras demoraram absurdamente ou não apresentaram os documentos corretamente. Agora, ao tomar conhecimento da real situação, percebemos que os dados estavam muito distantes da realidade”, denunciou.

Com a instalação da CPI, a vereadora espera esclarecer onde ocorreram os desvios de recursos que deveriam ter sido usados para garantir serviços essenciais à população.

